

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros de Governo

Data de 2 de Julho de 1439 a Carta Régia que autorizou o Infante D. Henrique a começar o povoamento dos Açores. Segundo Miguel de Figueiredo Côrte-Real “podemos mesmo considerar este documento régio como a certidão de baptismo da Região já que, subsistem dúvidas quanto ao seu nascimento, entenda-se descobrimento, o qual terá ocorrido entre 1427 e 1437”.

Alguns dos primeiros povoadores dedicaram-se à agricultura e à pesca porém outros, na procura de locais mais adequados para viver e trabalhar, ter-se-ão confrontado com o acidentado do terreno e com o espesso matagal que lhes impossibilitava a progressão. Por essa razão certamente muitos reconhecimentos, na procura de novos espaços, terão sido feitos por mar em pequenos bateis tal como afirma Gaspar Frutuoso no Vol. I de Saudades da Terra.

São de 1552 os primeiros relatos de viagens, não exploratórias, entre portos da costa de uma mesma ilha tendo-se esta prática generalizado e mantido até ao século passado. Ainda há pouco mais de um século as ligações com o exterior e mesmo entre os povoados rurais das três maiores ilhas, S. Miguel, Pico e Terceira, eram quase nulas.

É sabido que os primeiros povoadores trouxeram com eles utensílios vários incluindo alguns batéis, conforme se deduz de algumas citações de Gaspar Frutuoso. Contudo, é legítimo pensar-se que poucos anos passados não só estariam degradados e talvez mesmo impossibilitados de navegar como também seriam insuficientes para responder às necessidades da pesca e do transporte de pessoas e bens.

Ninguém duvida que a construção naval açoriana terá tido início por essa altura, porém, não são conhecidos documentos dessa época que refiram os primórdios dessa mesma construção naval embora, de acordo com o Almirante Gago Coutinho em A Nautica dos Descobrimentos “seja até de admitir que ela constituísse sigilo como aconteceu com as Viagens de descobrimentos que partiram dos Açores para o Ocidente”.

Terá sido por meados do século XVI que vieram dos arsenais do reino carpinteiros, petintais, calafates, ferreiros e torneiros formando pequenas equipas de construção naval como prova o aparecimento no local da Povoação, em S. Miguel de uma pedra do final do século XVI ou princípio do século XVII, classificada, pelas figuras nela esculpidas, como distintivo de uma Corporação de Carpinteiros da Ribeira. Por esta altura a construção naval açoriana terá tido um importante surto de desenvolvimento.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros de Governo

Data de 1537 a carta de Pêro Anes do Canto, Provedor das Armadas, a El-Rei sugerindo a possibilidade de se fazerem caravelas na Terceira, empregando madeiras das suas terras naquela ilha. No século XVI já os arsenais da Terceira construía caravelas e reparavam navios. Por essa altura, S. Miguel era uma ilha em franco progresso pelo que é natural pensar-se que aí a construção naval estaria bastante desenvolvida.

Por volta de 1580 e referindo-se à ilha das Flores, escreve Gaspar Frutuoso no livro VI das Saudades da Terra: “Nesta ilha fez um Anrique Damores, da cidade de Angra, um navio de vinte moios de pão, que botou ao mar por fora deste porto, por cima de muitos calhaus e penedos com grande trabalho e nunca se fez outro na terra”.

Nas restantes ilhas também a construção naval se desenvolveu embora sejam muito poucas as notícias. No Faial apenas do início do século XVIII se conhecem algumas posturas camarárias impondo licenças para “armar embarcações, navios, caravelões ou barcos.” Dessa altura e relativamente ao Pico conhece-se a referência à construção do galeão TRINDARE numa baía de nome Calheta situada no Sul da ilha. Não é demais referir que a construção naval no Pico tem raízes e tradições que a falta de documentos não pode negar ou pôr em causa. Curioso é o facto de

o termo “batel”, vocábulo corrente da época quinhentista e que designa uma embarcação de duas proas, ainda hoje ser de uso generalizado nesta ilha.

De acordo com o Dr. Francisco Carreiro da Costa em artigo publicado a 6 de Outubro de 1962 no jornal A Ilha ” uma das mais antigas actividades industriais registadas no Arquipélago dos Açores foi sem dúvida a da construção naval, tendo em vista a grande fartura de madeiras que havia nestas ilhas, a necessidade de exportação das mesmas madeiras e dos primeiros produtos agrícolas aqui obtidos e, principalmente, a circunstância de ser quase impraticável o acesso às povoações por via terrestre, do que resultava que o mar era por assim dizer a única via de comunicação para o transporte das grandes cargas e para a movimentação de pessoas”.

É inegável, até porque a isso fazem referência algumas antigas crónicas e as velhas posturas camarárias, que a partir dos fins do século XV e até ao século XVIII existiam arsenais (estaleiros e construtores) em todas as ilhas. É também inegável que ao construírem galeões, tal como afirma Gaspar Frutuoso no Livro IV das Saudades da Terra, alguns desses estaleiros possuíam artífices com elevado número de conhecimentos e não apenas simples curiosos.

De acordo com Miguel de Figueiredo Côrte Real ”são os barcos açorianos de cabotagem, vulgarmente chamados - das Ilhas - os

legítimos descendentes das caravelas de 1500, que, apesar da sua pequenez, deram mundos novos ao mundo”. Ainda no século passado eram esses barcos de construção de madeira, alguns já com motores auxiliares, que faziam as ligações inter-ilhas. Foram eles que, com tripulações destemidas, prestaram durante séculos inestimáveis serviços às populações do Arquipélago.

Foram centenas as embarcações tradicionais açorianas que ao longo de séculos transportaram pessoas e bens, permitindo as trocas comerciais e aproximando gentes que de outra forma, quantas vezes na mesma ilha, nunca se encontrariam. A construção naval açoriana não se limitou apenas a embarcações de tráfego comercial. Construíram-se milhares de embarcações de pesca e centenas de embarcações baleeiras.

Trazido pelos americanos, modificado e aperfeiçoado pelos açorianos, o bote baleeiro, hoje nosso, é sem dúvida uma das mais belas e marinheiras embarcações do mundo. Segundo Raúl Brandão em As Ilhas Desconhecidas um barco destes “é quase um móvel, ao mesmo tempo delicado e resistente, muito bem construído, esguio como um peixe e leve como uma casca, para escorregar sobre as águas”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros de Governo

Infelizmente mesmo para este povo que segundo João de Melo “nasceu do mar e lhe vem o sangue do sal” não tem sido possível preservar não só a memória mas também parte, por pouco significativa que seja, desse imenso património que é o símbolo mais vivo e mais marcante destas ilhas. Pese embora o facto de a maioria das pessoas achar os barcos interessantes ou porque não sabem nadar, ou porque não gostam de peixe, ou porque enjoam no mar, nada fazem para os preservar.

A baleação tem o seu próprio contexto e interesse e talvez por força disso tem, desde o primeiro Governo Regional socialista, o problema da preservação do seu património devidamente enquadrado e já com um enorme espólio recuperado e a navegar.

Infelizmente as embarcações tradicionais da cabotagem insular açoriana nada tem a ver com os yates estacionados nas marinas e talvez por isso e por desconhecimento da nossa história, falta de espírito marinheiro e gosto pelo mar, quem os exhibe não tem pelas embarcações tradicionais qualquer interesse ou apreço.

Mas será que para além de algum património baleeiro, já a ser recuperado, ainda é possível encontrar embarcações tradicionais da cabotagem insular com carga histórica que justifique a sua recuperação? Felizmente a resposta ainda é afirmativa.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros de Governo

Construído em 1928 por mestre Manuel Dias Vieira, no lugar do Calhau, freguesia da Madalena, foi baptizado com o nome “ PICO” tendo-lhe sido atribuído o conjunto de identificação “ H218TL “. Em 1946, após algumas reparações, é rebaptizado de “PICAROTO” mantendo o mesmo conjunto de identificação. Está vivo, é propriedade do Clube Naval da Madalena, ao qual foi oferecido pela Transmaçor aquando da minha passagem por essa empresa.

Em 1924 descrevia Raul Brandão um desses barcos do Pico utilizado nas ligações Pico – Faial nos seguintes termos: “ interessante é o barco, com tripulação de vinte e tantos homens, mestre e contra – mestre, que todos os dias faz carreira entre as duas ilhas a horas mais ou menos certas, carregando bois, pipas de vinho e toda a espécie de carga que lhe metem lá dentro. São grandes embarcações grosseiras, de bancos mal faceados, muitas cordas e moitões, mal largam as duas velas, metem a borda na água e voam por esse mar, abrindo como um arado grandes sulcos na água.”

O iate “Maria Eugénia” é uma das últimas peças históricas da cabotagem insular e da arquitectura naval açoriana. Construída nos Estaleiros Navais de Santo Amaro do Pico pelo mestre Manuel Bento em

1922, para um armador Graciosense, destinou-se durante décadas à cabotagem inter-ilhas, a partir da Graciosa.

Dadas as profundas transformações que ao longo dos anos sofreu o iate “Senhora da Guia”, hoje desactivado na Ilha das Flores, a “Maria Eugénia”, com as obras vivas praticamente intactas, pode ser legitimamente considerada como a representante desse rico, vasto mas infelizmente perdido património naval. Adquirida por uma associação de direito privado, não permitamos que à semelhança do Santo Amaro, Ribeirense, Patriota, Andorinha, Helena, Bom Jesus, Livramento, Terra Alta, Espírito Santo, Fernão Magalhães e Santo António, também desapareça.

Será que não existe na sociedade açoriana espaço para estas duas embarcações? Será que não seriam úteis na formação e apoio à náutica de recreio? Será que, há semelhança do que acontece em quase todos os portos de recreio por esse mundo fora, não constituiriam excelentes cartazes turísticos? Será que não seriam úteis, sobretudo no apoio aos jovens, servindo de bases para a divulgação da orla costeira, do meio marinho e da nossa riquíssima história naval?

Façamos todos um esforço.

Disse !

Horta, Sala das Sessões, 21 de Janeiro de 2003

O Deputado Regional do PS: Lizuarte Machado